



**Processo nº** 13888.003715/2007-11  
**Recurso** Embargos  
**Acórdão nº** 2402-011.918 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 7 de agosto de 2023  
**Embargante** TITULAR DE UNIDADE RFB  
**Interessado** METALURGICA RIGITEC LTDA E FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2002 a 31/12/2006

EMBARGOS INOMINADOS. INEXATIDÃO MATERIAL. CABIMENTO.

São cabíveis embargos inominados com fundamento em inexatidão material na indicação do número do Auto de Infração no acórdão embargado, cuja correção é feita mediante a prolação de um novo acórdão - art. 66 do Anexo II do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 09 de junho de 2015.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos inominados admitidos, sem efeitos infringentes, integrando-os à decisão recorrida, para, saneando a inexatidão material neles apontada, converter o julgamento em diligência, para que a unidade de origem da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adote as providências solicitadas nos termos do voto que segue na resolução.

(documento assinado digitalmente)

Francisco Ibiapino Luz - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira – Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira (Relatora), Francisco Ibiapino Luz (Presidente), Diogo Cristian Denny, Gregório Rechmann Junior, José Marcio Bittes, Rodrigo Duarte Firmino e Wilderson Botto (suplente convocado). O conselheiro Rodrigo Rigo Pinheiro declarou-se impedido de participar do reportado julgamento, sendo substituído pelo conselheiro Marcelo Freitas de Souza Costa (suplente convocado).

**Relatório**

Trata-se de despacho de encaminhamento apresentado pela Unidade da Administração Tributária encarregada da liquidação e execução do acórdão em face de Resolução proferida pela 2<sup>a</sup> Turma Ordinária da 4<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção deste Conselho, recebido como embargos inominados, nos termos do Despacho de Admissibilidade (fls. 503 e 504).

A Unidade da Administração Tributária, CONTCARF-CONTADM-ECOADEVAT08-VR, vinculada à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, por meio de despacho de encaminhamento à fl. 500, indicou divergência entre o Debcad citado na Resolução e o Debcad lavrado nos autos. Por essa razão, devolveu o processo ao CARF, para esclarecimento, com a seguinte informação:

Trata o presente processo do Debcad 37.070.834-2, lavrado em 24/10/2007 no valor de R\$ 317.207,38. No entanto, na Resolução 2402-001.126, constante às fls. 493 a 498, menciona-se que o crédito foi constituído por meio do AI Debcad 37.128.559-3, consolidado em 11/06/2008, no valor de R\$ 426.833,21. Assim sendo, devolvo o presente processo para análise da Resolução juntada esclarecendo-se se a mesma realmente pertence ao processo em tela.

Os embargos inominados foram admitidos (fls. 503 e 504) e encaminhados a esta Relatora, nos termos do Despacho de Encaminhamento de fls. 505.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Ana Claudia Borges de Oliveira, Relatora.

### **Da admissibilidade**

Os Embargos Inominados são tempestivos e atendem os demais requisitos de admissibilidade. Devem, portanto, serem conhecidos.

### **DA INEXATIDÃO MATERIAL**

A Unidade da Administração Tributária, CONTCARF-CONTADM-ECOADEVAT08-VR, vinculada à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, por meio de despacho de encaminhamento à fl. 500, indicou divergência entre o Debcad citado na Resolução e o Debcad lavrado nos autos. Por essa razão, devolveu o processo ao CARF, para esclarecimento, com a seguinte informação:

Trata o presente processo do Debcad 37.070.834-2, lavrado em 24/10/2007 no valor de R\$ 317.207,38. No entanto, na Resolução 2402-001.126, constante às fls. 493 a 498, menciona-se que o crédito foi constituído por meio do AI Debcad 37.128.559-3, consolidado em 11/06/2008, no valor de R\$ 426.833,21. Assim sendo, devolvo o presente processo para análise da Resolução juntada esclarecendo-se se a mesma realmente pertence ao processo em tela.

Conforme devidamente exposto no Despacho de Admissibilidade, compulsando aos autos, nota-se que, de fato, há divergência entre o Auto de Infração citado na resolução (Debcad nº 37.128.559-3, consolidado em 11/6/08, no valor de R\$ 426.833,21) e o Auto de Infração lavrado nos autos (Debcad 37.070.834-2, lavrado em 24/10/07 no valor de R\$ 317.207,38), inclusive sendo referentes a contribuintes diversos.

O fato configura inexatidão material devida a lapso manifesto, devendo a alegação ser recebida como embargos inominados para correção, mediante a prolação de um novo acórdão, nos termos do art. 66, *caput*, Anexo II, do RICARF.

Diante do exposto, os embargos devem ser acolhidos para que na Resolução n.º 2402-001.126 passe a constar o relatório e o voto que passam, abaixo, a ser expostos.

### **Relatório**

Trata-se de recurso voluntário em face da Decisão (fls. 412 a 417) que julgou parcialmente procedente a impugnação e manteve em parte o crédito constituído por meio do Auto de Infração DEBCAD n.º 37.070.834-2 (fls. 2 a 8), por ter o contribuinte apresentado GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições, nos termos dos arts. 32, IV, § 5º, da Lei n.º 8.212/91, acrescido pela Lei n.º 9.528/97; 225, IV, e § 4º, do Decreto n.º 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social – RPS) (CFL 68).

Consta no Relatório Fiscal da Infração (fls. 22) que, no período de 01/1999 a 12/2006, o contribuinte deixou de declarar em GFIP fatos geradores de contribuições previdenciárias em relação aos seguintes grupos:

- Contribuintes Individuais (LDC DEBCAD No. 37.070.824-5 e NFLD 37.070.822-9)
- Remuneração dos sócios - Pro-labore (LDC DEBCAD No. 37.070.824-5 ref. 11% do segurado)
- Contribuição sobre Notas Fiscais de Serviços de Cooperativas de Trabalho Médico - Lei 9867/99 (NFLD DEBCAD No. 37.070.825-3 e 37.070.826-1)
- Alimentação fornecida aos segurados sem adesão ao PAT- Programa de Alimentação do Trabalhador ( NFLD 37.070.828-8)
- Cestas básicas fornecidas aos segurados sem adesão ao PAT (NFLD 37.070.830-0 E NFLD 37.070.831-8)
- Abonos Salariais - (NFLD DEBCAD No. 37.070.820-2 e 37.070.821-0)
- PLR- Participação nos Lucros e Resultados (LDC DEBCAD No. 37.070.824-5)

Impugnação às fls. 144 a 186.

Por meio do Despacho de fls. 250, a DRJ propôs o retorno dos autos à Unidade de Origem pela ausência de entrega ao contribuinte da Planilha de consolidação da multa, que foi anexada na sequencia às fls. 258 a 368.

O Relatório Fiscal de aplicação da multa foi anexado às fl. 376 e a defesa complementar às fls. 394 a 398.

A DRJ concluiu pela procedência em parte do lançamento, uma vez que as competências 01/1999 a 11/2001 foram atingidas pela decadência e a multa foi recalculada em R\$ 186.103,79, nos termos da ementa abaixo:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2006

Nº do processo na origem DEBCAD n.º 37.070.834-2

**DESCUMPRIMENTO OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA**

Constitui infração A Lei n.º 8.212, de 24/07/1991, art. 32, IV e §3º apresentar Guia de Recolhimento do FGTS e Informações A Previdência Social - GFIP com informações inexatas ou omissas.

Impugnação Procedente em Parte

Crédito Tributário Mantido em Parte

O contribuinte foi cientificado em 31/08/2010 (fl. 429) e apresentou recurso voluntário em 24/09/2010 (fls. 431 a 483) sustentando: a) nulidade do lançamento; b) violação ao devido processo legal; c) decadência e; d) ilegalidade da multa aplicada.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Ana Claudia Borges de Oliveira, Relatora.

### Da admissibilidade

Há nos autos questão preliminares que precisam ser sanadas de forma prévia a análise do mérito.

A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos, nos termos do art. 113, § 2º, do Código Tributário Nacional – CTN (Lei nº 5.172/66), tendo por escopo facilitar a fiscalização e permitir a cobrança do tributo, sem que represente a própria prestação pecuniária devida ao Ente Público<sup>1</sup>.

Na lição de Leandro Paulsen, quanto sejam chamadas de acessórias, “têm autonomia relativamente às obrigações principais. Efetivamente, tratando-se de obrigações tributárias acessórias, não vale o adágio sempre invocado no âmbito do direito civil, de que o acessório segue o principal. Mesmo pessoas imunes ou isentas podem ser obrigadas ao cumprimento de deveres formais”<sup>2</sup>.

O Auto de Infração DEBCAD nº 37.070.834-2 (fls. 2 a 8) foi lavrado por ter o contribuinte apresentado GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições, nos termos dos arts. 32, IV, § 5º, da Lei nº 8.212/91, acrescido pela Lei nº 9.528/97; 225, IV, e § 4º, do Decreto nº 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social – RPS) (CFL 68).

De acordo com o art. 225, inciso IV, do RPS, a empresa é obrigada a informar, mensalmente, ao Instituto Nacional do Seguro Social, por intermédio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, na forma por ele estabelecida, dados cadastrais, **todos os fatos geradores de contribuição previdenciária** e outras informações de interesse daquele Instituto.

Ou seja, esta infração ocorre quando da apresentação do documento sem informações que, direta ou indiretamente, interfiram no fato gerador e acarrete o cálculo errôneo, a menor, das contribuições devidas. Exemplo: não informar a contribuição referente a rubrica paga a título de prêmios. Estando, portanto, o responsável sujeito à penalidade administrativa de multa, calculada na forma dos artigos 284, incisos I e II, do RPS e 32, inciso IV, § 5º, combinado com o art. 92 da Lei n.º 8.212/91 (com valores atualizados pela Portaria MPS n.º 822/2005).

Em razão do mesmo procedimento fiscal foram feitos os seguintes lançamentos (fl. 18):

<sup>1</sup> REsp 1405244/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/2018, DJe 13/11/2018.

<sup>2</sup> PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2020, p. 310.

Resultado do Procedimento Fiscal:				
Documento	Período	Número	Data	Valor
AI	10/2007 10/2007	370708296	24/10/2007	1.195,13
AI	10/2007 10/2007	370708334	24/10/2007	1.195,13
AI	10/2007 10/2007	370708342	24/10/2007	317.207,38
AI	10/2007 10/2007	370708350	24/10/2007	9.918,50
NFLD	12/1999 12/2001	370708202	24/10/2007	20.868,87
NFLD	02/2002 12/2006	370708210	24/10/2007	163.780,73
NFLD	01/1997 12/2001	370708229	24/10/2007	6.269,56
NFLD	02/1999 12/1999	370708237	24/10/2007	6.982,97
NFLD	01/2002 12/2006	370708245	24/10/2007	74.331,92
NFLD	03/2000 12/2001	370708253	24/10/2007	22.761,47
NFLD	01/2002 12/2006	370708261	24/10/2007	59.355,77
NFLD	09/2002 10/2006	370708270	24/10/2007	56.549,56
NFLD	01/1997 12/1999	370708288	24/10/2007	103.839,59
NFLD	05/1997 12/1999	370708300	24/10/2007	50.357,61
NFLD	04/2004 12/2006	370708318	24/10/2007	128.989,44

A base de cálculo da multa do CFL 68 corresponde a 100% da contribuição não declaração e, estando intimamente ligada à existência do crédito principal, só deve ser mantida se constatado que houve fatos geradores omitidos da GFIP.

Consta no Relatório Fiscal da Infração (fls. 22) que, no período de 01/1999 a 12/2006, o contribuinte deixou de declarar em GFIP fatos geradores de contribuições previdenciárias em relação aos seguintes grupos:

- Contribuintes Individuais (LDC DEBCAD No. 37.070.824-5 e NFLD 37.070.822-9)
- Remuneração dos sócios - Pro-labore (LDC DEBCAD No. 37.070.824-5 ref. 11% do segurado)
- Contribuição sobre Notas Fiscais de Serviços de Cooperativas de Trabalho Médico - Lei 9867/99 (NFLD DEBCAD No. 37.070.825-3 e 37.070.826-1)
- Alimentação fornecida aos segurados sem adesão ao PAT- Programa de Alimentação do Trabalhador ( NFLD 37.070.828-8)
- ~~- Cestas básicas fornecidas aos segurados sem adesão ao PAT (NFLD 37.070.830-0 E NFLD 37.070.831-8)~~
- Abonos Salariais - (NFLD DEBCAD No. 37.070.820-2 e 37.070.821-0)
- PLR- Participação nos Lucros e Resultados (LDC DEBCAD No. 37.070.824-5)

A DRJ excluiu do lançamento os valores relativos ao Auto de Infração relacionado a Cestas básicas fornecidas aos segurados sem adesão ao PAT (NFLD 37.070.830-0 E NFLD 37.070.831-8), que estão relacionados ao processo 13888.003713/2007-13.

No julgamento do processo do processo relacionado ao DEBCAD nº 37.070.824-5 (Processo 13888.003707/2007-66) conclui pelo provimento parcial do recurso.

O julgamento proferido nos processos que tratam da obrigação principal constitui-se em questão antecedente ao dever instrumental e deve ser replicado no julgamento da obrigação acessória.

Com relação aos outros 6 (seis) lançamentos, temos as seguintes informações:

- Contribuintes Individuais (**NFLD 37.070.822-9**)
- Contribuição sobre Notas Fiscais de Serviços de Cooperativas de Trabalho Médico - Lei 9867/99 (NFLD DEBCAD No. **37.070.825-3** e **37.070.826-1**);
- Alimentação fornecida aos segurados sem adesão ao PAT- Programa de Alimentação do Trabalhador (**NFLD 37.070.828-8**)

- Abonos Salariais - (NFLD DEBCAD No. **37.070.820-2** e **37.070.821-0**)

Com relação ao DEBCAD nº 37.070.826-1, relacionado Processo 13888.003709/2007-55, o recurso voluntário do contribuinte foi improvido e não há informações sobre o julgamento do recurso especial.

No tocante ao DEBCAD nº 37.070.821-0, tratado no Processo 13888.003374/2007-22, a DRJ declarou a decadência parcial do lançamento; o recurso voluntário do contribuinte foi improvido e, após, foi apresentado pedido de desistência em razão de adesão a programa de parcelamento tributário.

Quanto ao processo relacionado ao DEBCAD nº **37.070.828-8** (do qual não temos a informação do número do processo), importa ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que “No que concerne ao auxílio alimentação, não há falar na incidência de contribuição previdenciária quando pago in natura, esteja ou não a empresa inscrita no PAT” (AgInt no REsp 1644637/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 21/11/2017).

E com base neste entendimento, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) editou o Ato Declaratório nº 03/2011, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 22/12/2011, com fundamento no Parecer PGFN/CRJ nº 2117/2011, aprovado pelo Ministro da Fazenda, autorizando a dispensa de apresentação de contestação e de interposição de recursos, “nas ações judiciais que visem obter a declaração de que sobre o pagamento *in natura* do auxílio-alimentação não há incidência de contribuição previdenciária, independentemente de inscrição no PAT”.

O valor da penalidade aplicada neste processo é diretamente relacionado ao montante do crédito tributário discutido nos processos administrativos que têm por objeto os créditos de obrigações principais.

O entendimento pacífico e atual é quanto à não incidência de contribuições previdenciárias sobre os valores pagos a título de alimentação *in natura*, mesmo quando não inscrita no Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT.

No entanto, em razão da falta de informações nestes autos, não é possível saber a situação em que se encontram os processos de obrigações principais e, de acordo com o art. 6º, §4º, do Anexo II do RICARF, em se tratando de processos decorrentes ou reflexos, caso o processo principal não esteja localizado no CARF, o colegiado deve converter o julgamento em diligência para a unidade preparadora, com a finalidade de determinar a vinculação dos autos do processo reflexo/decorrente ao processo principal.

Do exposto, o julgamento deve ser convertido em diligência para que a unidade preparadora informe o número, se já houve julgamento definitivo e as decisões preferidas nos 6 processos em que discutiu-se os 6 (seis) lançamentos abaixo mencionados:

NFLD DEBCAD No. 37.070.822-9  
NFLD DEBCAD No. 37.070.825-3  
NFLD DEBCAD No. 37.070.826-1  
NFLD DEBCAD No. 37.070.828-8  
NFLD DEBCAD No. 37.070.820-2  
NFLD DEBCAD No. 37.070.821-0

**Conclusão**

Diante do exposto, voto pela conversão do julgamento em diligência para que a Unidade de Origem da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil instrua os autos com as informações solicitadas, nos termos do voto que segue na resolução. Na sequencia, intime o contribuinte para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 30 (trinta) dias.

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira